



Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder¹

Social organization of knowledge and performativity of gender: devices, regimes of knowledge and relations of power

Maria Aparecida Moura*

RESUMO

Discute o papel dos SOCs como potenciais vetores discursivos e institucionais da classificação social por gênero em processos de circulação da informação e do conhecimento. Apresentam-se os conceitos de discurso, gênero, interseccionalidade, construção social e performatividade de gênero no contexto da organização social da informação e do conhecimento. Analisam-se as possibilidades de concepção interseccional de SOCs tendo a temática gênero como abordagem empírica. Realiza-se análise genealógica crítica do *Thesaurus multilingue da União Europeia* (Eurovoc) e do *Gender equality glossary and thesaurus* do European Institute for Gender Equality (Eige) com foco na temática relacionada à construção social de gênero e performatividade. A análise orienta-se pelas categorias discursivas: acontecimento, série, regularidade e condições de possibilidade.

Palavras-chave: SOCs; Discurso; Interseccionalidade; Gênero; Performatividade de Gênero; Construção Social de Gênero.

ABSTRACT

It discusses the role of SOCs as a potential discursive and institutional vector of social classification by gender in processes of information and knowledge circulation. The concepts of discourse, gender, intersectionality, social construction and gender performativity are presented in the context of the social organization of information and knowledge. We analyze the possibilities of intersectional conception of SOCs in the present time, having the theme of gender as an empirical approach. A critical genealogical analysis of the *Thesaurus multilingue of the European Union* (Eurovoc) and of the *Eige's Gender equality glossary and thesaurus* with focus on the theme related to the social construction of gender and performativity is carried out. The analysis is oriented by the discursive categories: event, series, regularity and conditions of possibility.

Keywords: SOCs; Discourse; Intersectionality; Gender; Gender Performativity; Social Construction of Gender.

¹ Agradecimentos são devidos ao CNPq, à Capes e à Fapemig, pelo apoio ofertado durante os diferentes estágios de desenvolvimento deste trabalho.

* Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Professora titular da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6.627, CEP 31.270-901, Pampulha, Belo Horizonte. Telefone: (31) 3409-6128. E-mail: mamoura@ufmg.br, cidamura@gmail.com

INTRODUÇÃO

A produção, a circulação e a organização da informação e do conhecimento têm passado por inúmeras transformações na atualidade. Identificam-se intensos questionamentos acerca dos limites dos sistemas de representação que, do ponto de vista das críticas assinaladas, tenderiam a organizar o conhecimento baseado em operadores ontológicos totalitários. Tais procedimentos levariam, no limite, à produção de um espelhamento parcial da realidade, tornando rarefeita a presença de temáticas, representações e subjetividades.

Desse ponto de vista, ampliaram-se as abordagens que reivindicam uma visada transversal e interseccional na base dos dispositivos estruturados no contexto da organização do conhecimento.

Associado a esse contexto, está também a crítica à crença excessiva no potencial e neutralidade dos algoritmos para identificar informações e fazê-las circular, conforme demandas cada vez mais específicas. Nesse âmbito, Noble (2018) assevera que as lógicas algorítmicas e o seu potencial opressivo decorrem de decisões humanas formuladas em termos matemáticos.

Segundo a autora,

As pessoas que tomam essas decisões vinculam-se a todos os tipos de valores, muitos dos quais promovem abertamente o racismo, sexismo e falsas noções de meritocracia, que é bem documentada em estudos do Silicon Valley e outros corredores tecnológicos (NOBLE, 2018, p. 1-2)

No que se refere às lógicas algorítmicas, em 2013 Christopher Hunt, Ogilvy & Mather de Dubai, em parceria com a ONU Mulheres, propuseram a campanha “The autocomplete truth”. Essa campanha expôs o caráter discriminatório da função de autocompletar dos motores de busca. Na ocasião, os cartazes da campanha sistematizaram as opiniões e expressões de buscas concretas realizadas pelo público.

Figura 1 – The autocomplete truth.



Fonte: UN Woman (2013).

As expressões, colhidas no Google em 9 de março de 2013, revelaram de forma sistemática o sexismo e os preconceitos contra as mulheres naturalizados como oferta de expressões de busca.

A desnaturalização da opressão proposta pela campanha mostrou-se conexa a outras reflexões críticas já estabelecidas por pesquisadores do campo da ciência da informação.

Bibliotecas críticas e pesquisadores da ciência da informação têm documentado as maneiras como muitos grupos tornam-se mais vulneráveis que outros para deturpação e erros de classificação. Eles têm conduzido extensas e importantes críticas aos sistemas de catálogos de bibliotecas e parcerias de organização da informação que demonstram como mulheres, negros, asiáticos americanos, judeus, ou romanos, como “os outros” têm sofrido a partir de insultos de deturpação e escárnio nos cabeçalhos de assuntos da Biblioteca do Congresso (LCSH) ou através do Sistema Decimal de Dewey. Ao mesmo tempo, outros pesquisadores, sublinham a miríade de maneiras pelas quais os valores sociais em torno de raça e gênero são refletidos diretamente no *design* da tecnologia (NOBLE, 2018, p. 24).

Diante dessas constatações e preocupações, tornou-se oportuno compreender os instrumentos de organização e representação da informação como dispositivos. Conforme Agamben, dispositivo é

1) É um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente cada coisa, discursiva ou não: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas. O dispositivo em si mesmo é a rede que estabelecida entre esses elementos. 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder 3) Como tal, ele resulta do cruzamento das relações de poder e de saber. (AGAMBEN, 2006, p.10-11)

Em vista do contexto de mudanças sociotécnicas e de relações de poder, ampliaram-se as preocupações e a percepção pública de que os dispositivos de organização do conhecimento podem ser usados como parte de sistemas de dominação expressos como sistemas de organização do conhecimento (BERMAN, 1971; OLSON, 1998; DRUMM, 2000; MAI, 2010; ADLER, 2016).

Nesse contexto, Adler destaca que

As classificações nunca são construídas isoladamente. Elas são informadas por processos sociais e estão em diálogo uns com os outros. E os sistemas de organização do conhecimento do século XXI – Google, Wikipedia, Internet, etc. – são igualmente influenciados e construídos com base nesses e em outros sistemas. Com relação à raça, esses sistemas sustentam e complementam as conceituações uns dos outros, bem como os dominantes discursos normativos. Mas a sua invisibilidade e onipresença significam que os sistemas e hierarquias são profundamente enraizados em nossos sistemas de recuperação de informações, nas estantes e através de comunidades discursivas (ADLER, 2017a, p.23).

A constatação de que os dispositivos de representação da informação podem viabilizar a circulação e a proeminência de discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios trouxe inquietações ao campo da organização do conhecimento. Estas

inquietações relacionam-se especialmente com as lógicas estruturantes e as possíveis assimetrias dispostas como discurso organizador ofertado no SOC.

Atualmente, identificam-se várias iniciativas interseccionais que buscam compreender e explicitar o fenômeno e os fatores à luz de uma visada interdisciplinar.

Nesse artigo, optou-se por uma articulação teórico-metodológica envolvendo as concepções de relações de poder, discurso e genealogia crítica (FOUCAULT, 1971, 1995), interseccionalidade (CRENSHAW, 1993), reparações taxonômicas (ADLER, 2016) e performatividade de gênero (BUTLER, 2018). As concepções teóricas foram confrontadas com uma análise de conteúdo, seguida de análise genealógica crítica do *Thesaurus multilingue da União Europeia* (Eurovoc) e do *Gender equality glossary and thesaurus* do European Institute for Gender Equality, com foco na temática relacionada à construção social de gênero e performatividade. A análise orientou-se pelas categorias discursivas: acontecimento, série, regularidade e condições de possibilidade.

RELAÇÕES DE PODER E SABER, DISCURSO E OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A reflexão sobre a possibilidade de sujeição ensejada pelos mecanismos clássicos e contemporâneos de organização do conhecimento tornou incontornável o esforço em compreendê-los a partir das relações de poder que engendram. Nesse sentido, Foucault alerta que,

Os mecanismos de sujeição não podem ser estudados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação. Porém não constituem apenas o “terminal” de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas e circulares com outras formas (FOUCAULT, 1995, p. 236).

O autor afirma que o poder é sempre relacional e, nesse âmbito, delinea o papel dos elementos comunicacionais e informacionais nessa articulação.

É necessário distinguir também as relações de poder das relações de comunicação que transmitem uma informação através de uma língua, de um sistema de signos ou de qualquer outro meio simbólico. Sem dúvida, comunicar é sempre uma certa forma de agir sobre o outro ou os outros. Porém, a produção e a circulação de elementos significantes podem perfeitamente ter por objetivo ou por consequências efeitos de poder, que não são simplesmente um aspecto destas. Passando ou não por sistemas de comunicação, as relações de poder têm sua especificidade (FOUCAULT, 1995, p. 240).

No que concerne às relações de poder, Foucault (1995) identifica três relações que se apoiam, estão imbricadas e funcionam como instrumento. São elas: as relações de comunicação, as relações de poder e as capacidades objetivas. Destaca que essas relações não são uniformes, nem constantes, contudo, “há também ‘blocos’ nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulados e concordes”. (FOUCAULT, 1995, p. 241).

Na perspectiva do autor o exercício do poder não é a manifestação de um consenso. É, na realidade,

Um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanente (FOUCAULT, 1995, p. 242).

Na medida em que Foucault compreende que o poder é “uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros”, considera-se pertinente e oportuno refletir sobre os desdobramentos dessa perspectiva na composição e na atualização de dispositivos de organização do conhecimento na contemporaneidade.

A efetivação de processos de organização da informação e do conhecimento em contextos específicos requer a mediação dos sistemas de organização do conhecimento (KOS/SOC).

Conforme Mazzocchi,

Sistema de organização do conhecimento (KOS) é um termo genérico usado para se referir a uma ampla gama de itens (por exemplo, cabeçalhos de assuntos, tesouros, esquemas de classificação e ontologias), que foram concebidos para diferentes finalidades, em momentos históricos distintos. Eles são caracterizados por diferentes estruturas e funções específicas, variadas formas de se relacionar com a tecnologia e usadas em uma pluralidade de contextos por diversas comunidades. No entanto, o que todos eles têm em comum é que eles foram projetados para apoiar a organização do conhecimento e da informação, a fim de facilitar seu gerenciamento e recuperação (MAZZOCCHI, 2017).

Os SOCs, compreendidos como dispositivos de informação e conhecimento, estruturam-se como sistemas conceituais que articulam os termos, as definições, os relacionamentos e as propriedades dos conceitos em um domínio específico. A efetivação dos SOCs está sempre vinculada a princípios filosóficos específicos e a uma dimensão estrutural dos diferentes serviços de informação. O seu desenvolvimento requer a compreensão dos meandros discursivos próprios ao domínio no qual incide.

Lara (2001, p. 6) assegura que,

Representar conteúdos para constituir informação significa recortar, segmentar. Como qualquer segmentação, ela não é neutra, mas tributária de hipóteses de organização. Além disso, conscientes ou não, desde que usamos a língua estamos utilizando convenções: a língua é o primeiro sistema modelizante a partir do qual todos os outros sistemas derivam. Também não é necessariamente unívoca a interpretação do usuário, sujeito que também tem suas convicções e está apto a formular hipóteses, tanto quanto o produtor do sistema de representação. Com efeito, para que possamos falar de transmissão de informação documentária é necessário formular hipóteses (e explicitá-las) que sejam razoavelmente compartilhadas pela comunidade de usuários do sistema que propomos.

Esse compartilhamento é, quase sempre, tenso e escorregadio na medida em que se busca, por intermédio dos SOCs, afirmar discurso. Tais dispositivos, intentam

preservar o referente em meio ao efeito linguístico proporcionado no processo. Entretanto, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1971).

O discurso é, conforme Foucault (2010), um conjunto de enunciados que obedecem a regras de funcionamento comuns. As regras de funcionamento do discurso são linguísticas, mas também afetadas pelas determinações históricas e, desse ponto de vista, se movem da arqueologia a uma dinastia do saber, na medida em que revelam tanto o regime de discursividade quanto as condições para o seu aparecimento. Para o autor, o plano de emergência do objeto do discurso refere-se a: superfícies de emergência – assinalam as circunstâncias do surgimento, as diferenças individuais, os graus de racionalidade, os códigos conceituais e os tipos de teoria; instância de delimitação – refere-se à identificação das instituições reguladoras do domínio responsáveis por distinguir, designar, nomear, instaurar os processos de significação como objeto; grades de especificação – refere-se aos regimes de agrupamentos e classificações adotados em um determinado contexto de formação discursiva.

Nesse sentido, Foucault (1971) sugere:

Suponho, mas sem estar muito certo disso, que não há nenhuma sociedade onde não existam narrativas maiores, que se contam, se repetem, e que se vão mudando; fórmulas, textos, coleções ritualizadas de discursos, que se recitam em circunstâncias determinadas; coisas ditas uma vez e que são preservadas, porque suspeitamos que nelas haja algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode suspeitar-se que há nas sociedades, de um modo muito regular, uma espécie de desnível entre os discursos: os discursos que “se dizem” ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio acto que lhes deu origem; e os discursos que estão na origem de um certo número de novos actos de fala, actos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, são ditos, ficam ditos, e estão ainda por dizer. Sabemos da sua existência no nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando pensamos no seu estatuto, a que se chama “literários”; e numa certa medida também, os textos científicos (FOUCAULT, 1971, p. 6).

O discurso sempre adota procedimentos que determinam a condição de seu uso. Assim, nem sempre estará aberto e penetrável de modo indistinto.

No contexto da ordem dos discursos, alguns elementos se fazem necessários para o exercício do disciplinamento, da classificação e da distribuição. A disciplina, considerada um princípio de controle do discurso, é a responsável por fixar os limites da identidade e pela atualização das regras. Para integrar uma disciplina, é preciso que uma dada proposição se inscreva em um horizonte teórico de modo que possa estar circunstancialmente “no verdadeiro”. Entretanto, o caráter movente e circunstancial do estar “no verdadeiro” implica no risco, em termos discursivos, da efetivação de um erro disciplinado, sempre submetido às regras discursivas que são permanentemente atualizadas.

O ritual é um outro elemento que integra os sistemas complexos de restrição.

[...] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo do diálogo, na interrogação, na

recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de sinais que devem acompanhar o discurso; o ritual fixa, por fim, a eficácia, suposta ou imposta, das palavras, o seu efeito sobre aqueles a quem elas se dirigem, os limites do seu valor constrangedor. Os discursos religiosos, jurídicos, terapêuticos, e em parte também os políticos, não são dissociáveis desse exercício de um ritual que determina para os sujeitos falantes, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis convenientes (FOUCAULT, 1971, p. 10).

O caráter ritualístico do discurso nos diferentes domínios é considerado substrato fundamental para a estruturação dos SOCs.

A pertença doutrinal funciona como uma instância de interdição e de acolhimento exercida através da heresia e da ortodoxia. Conforme destaca Foucault (1971, p. 11), a pertença doutrinal fixa, em circunstâncias que se querem indelévels, os sujeitos e os enunciados.

A apropriação social dos discursos é compreendida como uma instância de clivagem dos discursos. Nesse âmbito, a educação exerce papel central ao potencializar politicamente a manutenção ou a modificação dos discursos.

Tudo se passa como se os interditos, as barragens, as entradas e os limites do discurso tivessem sido dispostos de maneira a que, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso seja dominada, de maneira a que a sua riqueza seja alijada da sua parte mais perigosa e que a sua desordem seja organizada segundo figuras que esquivam aquilo que é mais incontrolável; tudo se passa como se se tivesse mesmo querido apagar as marcas da sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Há sem dúvida na nossa sociedade, e imagino que em todas as outras, com base em perfis e decomposições diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo por esses acontecimentos, por essa massa de coisas ditas, pelo surgimento de todos esses enunciados, por tudo o que neles pode haver de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordem também e de perigoso, por esse burburinho incessante e desordenado do discurso (FOUCAULT, 1971, p. 11).

O autor reforça que a logofobia pode ser combatida pela interrogação de nossa vontade de verdade, pela restituição do caráter de acontecimento e pelo abandono da soberania do significante. Estas decisões passam necessariamente pela adoção dos princípios de inversão, descontinuidade, especificidade e exterioridade.

O *princípio de inversão* permite o “jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”. A *descontinuidade* possibilita pensar os discursos como práticas descontínuas onde se realizam a justaposição, os cruzamentos, a ignorância ou mesmo a exclusão de elementos reprimidos ou recalcados em sua formulação. A *especificidade* não se realiza como um jogo de significações prévias, mas reconhece no discurso a violência “que fazemos às coisas”. A exterioridade assinala que é necessário compreender o discurso a partir das condições externas de possibilidade e regularidade, de modo a compreender os acontecimentos que fixam os seus limites.

Na perspectiva foucaultiana (1971), é necessário opor as noções frequentemente adotadas na análise dos discursos (significação, originalidade, unidade e criação) à perspectiva de acontecimento, série, regularidade e condição de possibilidade.

No que concerne ao discurso, a genealogia crítica proposta, permite, em última análise, compreender as práticas e os discursos por vezes prescritíveis, assinalando a dispersão, a descontinuidade e a regularidade presentes em sua formação. A genealogia se dedica às séries de formação do discurso e a descrição crítica analisa os princípios de prescrição, exclusão, e o rareamento discursivo decorrente.

Em um contexto analítico, compreende-se que é fundamental focalizar as instâncias de controle, as regularidades discursivas, a economia interna e o sistema de correlações funcionais.

PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO

Na verdade, o mundo como deveria ser teria que salvaguardar os rompimentos com a normalidade e oferecer apoio e afirmação para os que realizam essas rupturas (BUTLER, 2018, p. 40).

Pensar a organização social do conhecimento requer necessariamente refletir sobre os processos da construção de fontes e dos dispositivos de organização da informação que auxiliam, em situações de circulação da informação e do conhecimento específicas, no reconhecimento e na atenção dados aos fenômenos e questões sociais. Contudo, o caráter positivista de validação das fontes que constituem as garantias necessárias à inserção de um conceito/termo em um SOC e a rigidez dos métodos para a sua composição podem levar a expressividades contingentes e tornar rarefeitas as evidências sociais de certos eixos temáticos.

A construção social de gênero e a performatividade a ela associada é um aspecto ainda pouco visível no âmbito dos dispositivos de organização do conhecimento.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem *status* ontológico separado (BUTLER, 2017, p. 194).

Butler (2017, p. 31) indica o potencial da linguagem ao analisar a temática referente à identidade de gênero:

Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o irrepresentável. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas.

O conceito de gênero surge em meados dos anos 1970 e se expande aos domínios científicos nos anos 1980 (MATOS, 2015, p.153). O conceito visou romper com o marcador biológico dos corpos sexuais para compreender os elementos históricos,

sociais e políticos que envolvem a aprendizagem sociocultural de gênero entre homens e mulheres. Nesses termos, o conceito revela:

- Um construto de caráter relacional.
- A identificação das formas clássicas de assimetria de poder e subalternidade.
- A compreensão sobre os padrões hegemônicos de dominação.

Segundo Matos, a ideia de gênero é perpassada por clivagens simbólicas que tendem a acentuar as desigualdades. De acordo com a autora, o gênero é uma invenção das sociedades humanas que pode conduzir à criação de “significados hierarquizados e assimétricos para as mulheres, isto é, criam estruturas linguísticas que modelam, disciplinam e hierarquizam nossa imaginação”. Tais estruturas assimétricas se fazem perceber no processo de socialização dos papéis sexuais, na divisão do trabalho entre os sexos e no significado binário dos gêneros.

Para a autora,

O que os estudos de gênero e feministas têm, ao menos desde os anos de 1980, procurado demonstrar é que há processos de construção social e política que certamente incidem sobre a forma como estão definidos os lugares para os homens e as mulheres em nossas sociedades. Assim, sempre houve, ao longo dos tempos, grande quantidade de discursos, teorias e visões acerca do tema, e a maioria delas, de modo essencialista e naturalizado, costuma associar as mulheres à sua capacidade de reprodução e maternagem, e os homens à esfera pública e ao poder. Essa explicação esteve na base de quase todas as tentativas de compreender e descrever o que poderia designar por “natureza feminina” e “natureza masculina”. Boa parte das características atribuídas ao feminino foi desvalorizada se comparadas àquelas atribuídas ao masculino. Isso aconteceu, pelo menos, desde Platão e Aristóteles, para quem as mulheres eram “um desvio, como uma relação imperfeita” (MATOS, 2015, p. 69).

Outro conceito estruturante da discussão é o de performatividade de gênero. Butler (2018, p.35) chama a atenção para o caráter linguístico assumido pela concepção. Para ela,

A performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência.

A autora pontua que a linguagem, ao expressar a norma, revela um poder discursivo e institucional difuso que atua de modo decisivo em “nossa vida classificada por gênero”. O potencial da linguagem arrisca, em função das normas que expressam, deixar de fora “modos hiperbólicos ou dissidentes de masculinidade e feminilidade”. Para Butler,

Dizer que o gênero é performativo é dizer que ele é um certo tipo de representação; o “aparecimento” do gênero é frequentemente confundido com um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário); a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder; e, por fim, não

existe gênero sem essa reprodução das normas que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstituir a realidade de gênero de acordo com novas orientações (BUTLER, 2018, p. 39-40).

Butler alerta, contudo, que em um contexto de vida generificada, jamais chegou a propor uma formulação sobre “quais as performatividades de gênero seriam certas ou mais subversivas.” Aponta que a construção normativa do humano atua da mesma forma no contexto de performatividade de gênero, classificando-os em sujeitos legíveis e ilegíveis.

Há formas de sexualidade para os quais não existe um vocabulário adequado precisamente porque as lógicas poderosas que determinam como pensamos sobre desejo, orientação, atos sexuais e prazeres não permitem que elas se tornem legíveis? Não existe uma exigência crítica para repensar nosso vocabulário existente, ou revalorizar nomes desvalorizados e formas de discursos precisamente para cobrir as normas que limitam não apenas o que é pensável, mas a possibilidade de pensar as vidas fora da conformidade de gênero? (BUTLER, 2018, p. P. 45-46)

A performatividade de gênero se realiza em um contexto de reconhecimento em que a linguagem tem papel central e, por seu intermédio, torna-se possível tanto a ruptura com as normas vigentes, como a incorporação de legados culturais imprevistos.

Nesses termos,

Somos certamente formados pela linguagem e pela cultura, pela história, pelas lutas sociais das quais participamos, pelas formas psicológicas e históricas – em interação, pelo modo como situações biológicas têm a sua própria história e eficácia. Na verdade, podemos muito bem sentir que o que desejamos e como desejamos está bastante definido, características indelévels ou irreversíveis de quem somos. Mas independentemente de entendermos nosso gênero ou nossa sexualidade como algo que escolhemos ou que nos foi atribuído, cada um tem o direito de reivindicar esse gênero e essa sexualidade. E faz diferença se podemos reivindicá-los. [...] Quando alguém exerce livremente o direito de ser quem já é, e reivindica uma categoria social com o propósito de descrever esse modo de ser, então está, na realidade, tornando liberdade parte dessa mesma categoria social, mudando discursivamente a própria ontologia em questão (BUTLER, 2018, p. 67-68).

A performatividade tensiona as formas diferenciais do reconhecimento dos gêneros, situação em que se questiona a ideia de universalidade do gênero hipernormativo.

INTERSECCIONALIDADE E REPARAÇÕES TAXONÔMICAS

Estamos, em um momento sócio-histórico em que a temática das reparações discursivas nos domínios da comunicação e da organização do conhecimento encontra espaço reflexivo. Nesse sentido, identificam-se diversas iniciativas organizadas em torno dessa preocupação, uma forma de justiça cognitiva realizada

pela via da reparação taxonômica e da composição de dispositivos que se querem transversais e interseccionais.

A reparação taxonômica é um conjunto de iniciativas que visa identificar “certas estruturas imutáveis que continuam a apoiar o discurso eugenista”, como no dicionário de sinônimos, nas ontologias e nos sistemas de classificação. Neste movimento de heteronormatividade, o sexismo, o colonialismo, o racismo e a marginalização da diferença estão sendo revistos porque podem enfatizar, a partir dos dispositivos de informação, a discriminação.

A ideia de reparação taxonômica torna possível o reconhecimento semântico de certos termos capazes de revelar sujeitos, opressões e realidades sociais. Acredita-se que, ao admitirmos outros contextos e fontes para corroborar os termos que constituirão as linguagens de indexação, por exemplo, torna-se possível retirar das sombras do rareamento inúmeras temáticas e agendas sociais.

Esse é o caso de termos como feminicídio, estupro, violência patrimonial, violência obstétrica, medidas protetivas e patriarcado que, ao integrarem paulatinamente o discurso e os SOCs permitem o reconhecimento dos fenômenos sociais e a ampla produção do conhecimento e circulação da informação relacionada aos temas.

Nesta direção, Adler (2016, p. 631) assinala que,

Entender e chegar a um acordo com histórias dolorosas é o cerne de todos esses projetos reparadores, e a maioria dos pedidos de reparações inclui relatos históricos detalhados de violência e desrespeito para sustentar alegações de que as injustiças ocorridas no passado têm efeitos reais nas vidas em sociedade no presente. O “reparo” não se refere à correção de legados de ações erradas, mas é uma questão de verdade, contestação, negociação, redistribuição e reparação.

O conceito de interseccionalidade proposto em 1989 por Kimberlé Williams Crenshaw relaciona-se às múltiplas interações que constituem o ser humano. Nesse sentido, tais interações são invariavelmente cruzadas e informadas por diferentes sistemas e estruturas de poder. Do ponto de vista estrutural, a interseccionalidade revela esquemas e interfaces que impedem o acesso igualitário às estruturas de poder e, do ponto de vista político, enfatiza a perpetuidade da marginalização e da violência em certos estratos sociais.

Para Crenshaw (1993, p. 1.242),

A abrangência da política identitária, no entanto, tem estado em tensão com as concepções dominantes de justiça social. A raça, o gênero e as outras categorias de identidade são mais frequentemente tratadas no discurso liberal *mainstream* como vestígios de parcialidade ou dominação – isto é, como estruturas intrinsecamente negativas em que o poder social funciona para excluir ou marginalizar aqueles que são diferentes.

O entendimento subjacente às questões apontadas por Crenshaw (1993) revela a necessidade de se indagar os dispositivos de organização da informação do ponto de vista das relações de poder que eles podem engendrar.

Butler, citada por PRINS e MEIJER (2002, p. 159), também destaca a pertinência da realização de reflexões sobre os termos ontológicos – um meio de “produzir um contra-imaginário à metafísica dominante”.

A razão pela qual a repetição e a ressignificação são tão importantes para meu trabalho tem tudo a ver com o modo de eu conceber a oposição como algo que opera do interior dos próprios termos pelos quais o poder é reelaborado. A ideia não é baixar uma proibição contra o uso de termos ontológicos, mas, ao contrário, usá-los mais, explorá-los e resgatá-los, submetê-los ao abuso, de modo que não consigam mais fazer o que normalmente fazem.

O conceito de interseccionalidade traz para o centro da cena a crítica ao epistemicídio. O epistemicídio é compreendido como um aparato social dinâmico que coloca em ação processos e instrumentos dedicados à destituição da “racionalidade, da cultura e da civilização do Outro”, promovendo uma continuada indigência cultural e intelectual. Nesse sentido, as normas e processos cognitivos se pautam pelos racialmente hegemônicos (CARNEIRO, 2005, p.100).

Interseccionalidade, reparações taxonômicas e a ressignificação dos termos ontológicos consolidam-se, assim, como possibilidades para se pensar o papel dos SOCs em uma perspectiva plural e inclusiva.

METODOLOGIA

No estudo realizado, adotou-se a triangulação de teorias e métodos com o objetivo de consolidar um procedimento de pesquisa que permitisse evidenciar o diálogo entre a teoria e a empiria. Com esse objetivo, realizou-se uma descrição crítica e genealógica do SOC com o objetivo de precisar os princípios de prescrição, exclusão e de raridade do discurso em relação à temática “gênero”.

Na primeira etapa, identificaram-se dois tesouros internacionais, adotados por ampla comunidade usuária, com o objetivo de compreender as implicações e os limites das estruturas e repertórios dos SOCs na disseminação ou rareamento de discursos relacionados à performatividade de gênero.

Os SOCs selecionados foram o *Thesaurus multilingue da União Europeia* (Eurovoc) e *Gender equality glossary and thesaurus* do European Institute for Gender Equality (Eige).

O Eurovoc é “um tesouro multilingue e multidisciplinar que cobre as atividades desenvolvidas no âmbito da União Europeia, especialmente o Parlamento europeu”. O instrumento integra o EU Vocabularies e conta com a tradução dos termos para 23 idiomas da União Europeia.

O *Gender equality glossary and thesaurus* conta com 400 termos em inglês, distribuídos em seis microtesouros. O SOC, mantido pelo European Institute for Gender Equality (Eige) objetiva

Fomentar uma compreensão comum das condições de igualdade de gênero em toda a União Europeia e promover uma linguagem equitativa e inclusiva em termos de gênero para melhorar a igualdade entre mulheres e homens.

Na primeira etapa do estudo, foi realizada uma análise de conteúdo dos tesouros selecionados visando identificar as possibilidades de performatividade de gênero a partir dos termos dipostos em suas estruturas. Optou-se por adotar como estratégia de busca os termos “woman”, “women” e “sexual/sexuality”.

A busca pelos termos “woman”, “women” e “sexual/sexuality” no Eurovoc trouxe como resultado um conjunto de termos excessivamente genéricos para representar as temáticas propostas. Em sua estrutura, não foram identificados microtesauros específicos para abrigar os temas analisados. Tal fato ocasionou um grau de especificidade baixo. Nesse aspecto, a estrutura e o repertório de termos do Eurovoc tendem a provocar a dispersão da atenção em relação a certas nuances e especificidades dos temas, reduzindo o potencial de performatividade da linguagem no que se refere à temática “gênero”. Os termos identificados e os microtesauros aos quais foram associados encontram-se sistematizados no quadro 1.

Quadro 1 – Performatividade da linguagem no Eurovoc.

Estratégia de busca	Microtesauro	Descritores identificados
Women	MT 0431 Politics and public safety	Women's movement
	MT 0821 Defence	Women's military service
	MT 1236 Rights and freedoms	Anti-discriminatory measure sexual discrimination Women's rights Gender equality
	MT 2826 Social affairs	Participation of women Position of women
	MT 4406 Employment	Female work
	MT 7606 United Nations	Institute for the Advancement of Women
Woman	MT 2806 Family	motherhood
	MT 2816 Demography and population	woman
	MT 5616 Farming systems	woman farmer
Sexual/sexuality	MT 1216 Criminal law	sexual harassment sexual offence sexual tourism sexual violence
	MT 1236 Rights and freedoms	anti-discriminatory measure discrimination on the basis of

		sexual orientation sexual discrimination sexual minority
	MT 2826 social affairs	sexual mutilation

Fonte: dados da pesquisa.

A realização da busca no *Gender equality glossary and thesaurus* do European Institute for Gender Equality (Eige) com os termos semelhantes aos utilizados na pesquisa feita no Eurovoc trouxe, como resultado, maior especificidade e abrangência temática.

A estrutura do tesouro revelou-se mais propensa a potencializar a performatividade de gênero e a reduzir “os efeitos compulsórios” dos códigos de inteligibilidade em processos de produção, organização e circulação do conhecimento.

Quadro 2 – Performatividade da linguagem no *Gender equality glossary and thesaurus*

Estratégia de busca	Microtesauro	Descritores localizados
Woman	Sex and gender	Femininities Woman Gender Woman
	Identity and body	Gender identity Woman Sexuality Woman
Women	Several microthesaurus	Asylum-seeking women and girls; balanced participation of women and men; custodial violence against women; cyber violence against women and girls; direct violence against women; discrimination against women; emancipation of women; empowerment of women; equal access to justice for women and men; equal access to resources for women and men; equal opportunities for women and men; equal remuneration of women and men; equal treatment of women and men; equality between women and men; gender needs of women; gender-based violence against women; migrant women; national women’s helpline; older women workers; practical gender needs of women (PGNs); refugee

		women; sexual assault on women; stalking of women; stateless women strategic gender needs of women (SGNs); trafficking in women and girls; violence against women; violence against women in conflict situations; women in development (WID); women's centre; women's entrepreneurship; women's human rights defenders (WHRDs); women's shelter; women's studies; women's triple role.
Sexual/ Sexuality	Social affairs/health Sex, gender and sexuality/ Identity and the body	Gender identity Sexual orientation

Fonte: Dados da pesquisa

Notou-se um esforço no *Gender equality glossary and thesaurus* em tornar efetivos os debates políticos e a produção de conhecimento sobre o tema na estrutura do SOC. Nesse sentido, a atuação de especialistas independentes, que desenvolvem o seu trabalho com base nas ações do Parlamento europeu e da European Union Agency for Fundamental Rights (FRA) é admitida como fonte de informação.

Do ponto de vista das reparações taxonômicas, observou-se que no Eurovoc a temática de gênero está fortemente associada aos aspectos demográficos, direito criminal, direitos e liberdades e negócios sociais. Por outro lado, o *Gender equality glossary and thesaurus* apresenta maior número de termos oriundos dos contextos de pesquisas especializadas e dos movimentos sociais de luta pela igualdade de gênero. Foi possível encontrar no SOC termos mais específicos, tais como: *lesbophobia, homophobia, biphobia, compounded stereotypes, intersectional discrimination, multiple discrimination, heteronormativity, cyber harassment, revenge porn, domestic violence, emotional abuse, feminicide*, entre outros.

No caso específico da interseccionalidade, o Eurovoc não faz nenhuma referência ao tema, embora liste no microtesauro (MT 1236 Rights and freedoms) aspectos específicos da discriminação, sem, contudo, associá-los. Os termos identificados foram: *age discrimination, anti-discriminatory measure, discrimination based on disability, discrimination on the basis of nationality, discrimination on the basis of sexual orientation, economic discrimination, ethnic discrimination, linguistic discrimination, political discrimination, racial discrimination, religious discrimination, sexual discrimination, equal treatment*.

O *Gender equality glossary and thesaurus*, por seu turno, incorpora o conceito de interseccionalidade em sua estrutura e o associa aos seguintes termos: *intersectional discrimination* (RT), ao qual estão vinculados *civil society* (BT) e *diversity, compound stereotypes, marginalized groups, disadvantaged groups, intersectional discrimination* (NT). O termo *intersectional discrimination* aparece associado à *multiple discrimination, gender discrimination* (RT) e à *civil society e intersectionality* (BT). Nesse

tesauro, o termo “*multiple discrimination*” é utilizado para nomear genericamente as diferentes discriminações tipificadas no Eurovoc.

A compreensão do comportamento dos princípios de prescrição, exclusão e raridade do discurso, propostos por Foucault, em relação à temática “gênero” nos dois tesouros analisados evidenciou o papel preponderante das instituições na modelagem dos SOCs. Os propósitos institucionais delimitaram a presença e a classificação relacional dos termos adotados em cada um dos tesouros.

Identificou-se que iniciativa EU Vocabularies pretende futuramente integrar o *Gender Equality glossary and thesaurus* do European Institute for Gender Equality (Eige) ao Eurovoc. Supõe-se que na ocasião dessa mudança estrutural será necessário repactuar o sistema de correlações funcionais sob o risco de se inaugurar uma nova série de prescrições, exclusões e rareamentos nos discursos modelados nos SOCs estudados.

Acredita-se que os questionamentos acerca da naturalização das atribuições ontológicas realizadas nos SOCs mostraram-se promissores. O percurso teórico-metodológico permitiu vislumbrar, no contexto da vida gendrada e racializada, os riscos da essencialização do discurso. Tais reflexões podem apoiar a compreensão da performatividade da linguagem em uma perspectiva política e plural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios ordenadores dos SOCs clássicos – sistemas de classificação, tesouros, listas de descritores, taxonomias – e as novas possibilidades e desdobramentos advindos da horizontalidade, característica do contexto digital – ontologias, o *linked data*, as *tags* e as *hashtags* – encontram-se sob forte análise crítica em razão dos riscos de naturalização de um imaginário metafísico que podem gerar. Nesse contexto, os esforços interdisciplinares atuais buscam ampliar a compreensão sobre as relações de poder e saber que se realizam por intermédio dos SOCs.

As concepções de discurso, as relações de poder e saber, a interseccionalidade e a performatividade lançaram novas possibilidades para a proposição de SOCs na emergência dos fenômenos sociais.

A percepção dos desdobramentos das relações de poder e as contradições decorrentes do caráter prescritivo da linguagem na performatividade de gênero mostraram-se fundamentais no estudo realizado. Nesse âmbito, o alerta de Butler (2002, p. 160) de que “referente não está completamente construído na linguagem” foi determinante para compreender o papel das clivagens simbólicas do discurso. Finalmente, constatou-se que o esforço de especificação performativa da linguagem pode ampliar a visibilidade de certas temáticas e agendas no contexto da organização do conhecimento, sem, contudo, reduzir os riscos do uso paradigmático. O uso paradigmático e alheio às mudanças sociais pode, em última análise, levar a um novo ciclo de exclusões. Assim, é preciso estar sempre atento às infinitas dobras do discurso na interface com a construção social dos SOCs.

Artigo recebido em 06/07/2018 e aprovado em 05/10/2018.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Melissa. Classification along the color line: excavating systemic racism in the stacks, *Journal of Critical Library and Information Studies*, 1, n. 1. 2017a.
- _____. *Cruising the library: perversities in the organization of knowledge*. New York: Fordham University Press, 2017b.
- _____. The case for taxonomic reparations. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 8. p. 630-640, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Paris: Éditions Payot & Rivages, 2006.
- BERMAN, Sanford. *Prejudices and antipathies: a tract on the LC subject heads concerning people*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1971.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.
- CARNEIRO, Aparecida Suely. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo: USP, 2005.
- COATES, Ta-Nehisi. The case for reparations. *The Atlantic*, Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2014/06/the-case-for-reparations/361631/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*. v. 43. 1993. Disponível em: <<http://www.bwjp.org/assets/mapping-the-margins-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 26 Jan. 2018.
- DRUMM, S. Naming the love that dare not speak its name: a look at how gays and lesbians are classified in the Dewey Decimal Classification. *drum dot info*, 2000. Disponível em: <<http://drumm.info/naming-the-love/>>. Acesso em: 26 Jan. 2018.
- EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. *Gender equality glossary and thesaurus*. Disponível em: <<http://eige.europa.eu/rdc/thesaurus/about>>. Acesso em: 26 Jan. 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *A ordem do discurso*. Paris, 1971. Tradução Edmundo Cordeiro. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_OrdemDoDiscurso.pdf>. Acesso em 13 ago. 2018.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.
- LARA, Marilda. O Unicórnio (o Rinoceronte, o Ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. *DataGramZero: revista de ciência da informação*, v.2, n.6, dez. 2001.
- MAI, Jens-Erik. Classification in social world, biases and trust. *Journal of Documentation*, v. 66, p. 627-642, 2010.

MATOS, Marlise. Construção social de gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth, MENEGHEL, Stela N.(orgs) *Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015. p. 68-70.

MATOS, Marlise. Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2015. p. 153-155.

MAZZOCCHI, F. Knowledge organization system (KOS). In: HJØRLAND, B.; GNOLI, C.; (Org.). *Isko Encyclopedia of Knowledge Organization (IEKO)*, 2017. Disponível em: <<http://www.isko.org/cyclo/kos>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York Press, 2018.

OFFICE FOR OFFICIAL PUBLICATIONS OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. *Eurovoc, Thesaurus multilingue da União Europeia*. Disponível em <:<http://eurovoc.europa.eu/drupal/?q=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

OLSON, Hope. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. *Library Trends*, v. 47, n. 2, p.233-54, 1998.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 2002, v.10, n. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11634.pdf>> . Acesso em: 30 ago. 2018.

UN WOMAN. UN Women ad series reveals widespread sexism. 2013. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2013/10/women-should-ads>>. Acesso em: 30 ago. 2018.